

BRASIL: É POSSÍVEL UMA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO¹

WILSON CANO²

REPRODUZO, NESTA INTRODUÇÃO DESTE ARTIGO, a hipótese que usei em outro texto sobre o processo de industrialização na América Latina, que se dá entre 1929 e 1979, a qual sofreu forte inflexão a partir do final desse período.³

Ela se resume em que, por várias circunstâncias históricas, pudemos e quisemos explorar mais corajosa e inteligentemente a soberania nacional resultante das brechas e contradições externas de quase todo esse período: a Grande Depressão entre 1929 e 1937; a Segunda Guerra Mundial; o surgimento de uma bipolaridade, com a expansão da ex-URSS; o esforço dos EUA para reconstruir o Japão e a Alemanha; a Guerra Fria; a desaceleração da economia dos EUA nas décadas de 1960 e 1970 e os *Golden Years* da expansão da Europa e do Japão.

Mas é bom lembrar que a excepcionalidade do período 1929-1979 não significa que estávamos trilhando o almejado caminho do desenvolvimento econômico, que nos pudesse levar, algum dia, a atingir o padrão de vida dos países desenvolvidos. Furtado já havia esclarecido esta questão, pelo menos desde 1974, em seu clássico *O Mito do Desenvolvimento*. Tentávamos, desde os anos trinta, isto sim, alterar nosso padrão de crescimento via industrialização, como sabiamente teorizou a Cepal ao final da década de 1940.

¹ Este texto foi encomendado e publicado pela *Revista do Serviço Público*, Edição Especial, Escola Nacional de Administração Pública — Enap, ISSN 0034/9240, pp. 59-69, Brasília, 2007.

² Professor-titular do Instituto de Economia da Unicamp. Texto a ser publicado na *Rev. de Administração Pública*, Ministério do Planejamento, 2007.

³ O texto está no capítulo 1 de meu livro *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, São Paulo, 2000.

Contudo, a hipótese também significa, infelizmente, que, após 1979, “os tempos são outros”, com muito menos brechas, menos coragem e menos vontade política para um enfrentamento internacional responsável e cooperativo. Ou seja, após 1979, os EUA, secundados pelos demais imperialismos, retomaram as ações mediante as quais nos impuseram o chamado “Consenso de Washington”, centrado pela dominação da finança internacional. Isso reduziu, fortemente, nossa soberania nacional e impôs-nos — com a aceitação de nossas elites — uma verdadeira ressurreição liberal-conservadora, nossa velha conhecida. Hoje, porém, vestida de “nova” roupagem, a da (falsa) “ida ao primeiro mundo”.

Para o Brasil, o período 1929-1933 representa a ruptura com um passado político liberal e, principalmente, uma radical mudança do processo de acumulação de capital, ou a mudança do *Centro Dinâmico da Economia Nacional*, como disse C. Furtado, com o que a determinação da renda e do emprego, antes comandada pelas exportações, passava a sê-lo pelo investimento autônomo.⁴

A “Crise de 1929” atingiu, duramente, a América Latina e sua economia primário-exportadora e, com mais intensidade, os países mineiros e Cuba, então dominada, de fato, pelos Estados Unidos. A maioria dos demais países sofreu fortes pressões, sobretudo dos EUA e da Inglaterra, com a imposição de “acordos” draconianos e elevações tarifárias sobre nossas exportações. A todos atingiu a forte redução da capacidade de importar, a exaustão das reservas e o drástico constrangimento das finanças públicas, o que impediu, de fato, a continuidade de condução de uma política econômica liberal.

Contudo, a reação e enfrentamento à crise não foi uniforme.⁵ Venezuela, Equador e América Central mantiveram-se, durante alguns anos, mergulhados na crise, mas aguardando a “volta aos dias de glória” do liberalismo. Brasil, Argentina, México e Chile constituíram o grupo de países que tomaram essa atitude mais rápida, com a substituição de governos liberais, via processos revolucionários ou eletivos, e promovendo, rapidamente, ousadas alterações na política econômica e na forma de intervenção econômica do Estado Nacional.

⁴ Conf. seu clássico *Formação econômica no Brasil*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961; especialmente os capítulos 30-32.

⁵ Ver a respeito D. Seers. *Inflación y crecimiento: Resumen de la experiencia en América Latina*. Cepal, Boletín Económico de América Latina, vol. VII, n.º 1, Santiago, 2/1962.

O Brasil foi um precursor nessa tarefa. Ela nos exigiu não só uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também a construção de uma política de industrialização, única rota para atenuarmos as incertezas e as crises geradas pelo velho “primário-exportador” e que nos possibilitaria ingressar em formas econômicas urbanas mais modernas e progressistas.⁶ Exigiu, acima de tudo, uma firme vontade política e a ousadia de utilizar o que tínhamos de soberania nacional.

Para tanto, precisávamos construir um novo Estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquele mister, entre os quais, a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista.⁷

A reconstrução do Estado exigiu também a reformulação ou a criação de inúmeros órgãos: — uns, de caráter mais geral, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças, o Conselho Federal de Comércio Exterior, o famoso Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; — vários outros, de caráter mais específico, como a Comissão de Financiamento da Produção, vários Departamentos, Comissões ou Conselhos de âmbito setorial (café, açúcar e álcool, sal, pinho, mate, cacau, petróleo, minerais etc.).

Além disso, o Estado teve, ainda, que formar equipes técnicas para dar conta desse empreendimento vultoso. Construiu, assim, uma grande e competente burocracia que administrou o planejamento e a execução dos principais projetos de desenvolvimento.

Entre 1930 e 1945, com Vargas, pudemos, assim, avançar a industrialização, graças à inequívoca condução de uma política nacional de desenvolvimento. Entre 1946 e 1950, com Dutra, sofremos uma curta ameaça

⁶ Sobre a política de defesa ver W. Cano. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: W. Cano. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

⁷ Sobre o tema, embora exista ampla bibliografia, restrinjo-me a algumas, algumas das quais, por sua vez, contemplam bibliografias detalhadas. Ver, em especial: E. Diniz. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-45*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, e S. Draibe. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

de um retorno ao liberalismo, o qual, contudo, em face de nosso velho conhecido e recorrente problema cambial, não teve o fôlego suficiente para anular o muito que avançáramos. Mesmo assim, continuamos o caminho desenvolvimentista.

O retorno de Vargas (1950-1954) deu mais clareza em seus propósitos nacionalistas e industrializantes. A despeito do período em grande parte conflituoso com as forças reacionárias do país, avançamos ainda mais na consolidação da implantação da indústria leve e do preparo da marcha rumo à indústria pesada. Cerceado pela direita, Vargas suicida-se em 1954, e seu gesto, tendo tido forte impacto político sobre as massas populares, certamente conseguiu adiar (para 1964) o golpe tão almejado pela direita.

Durante todo esse processo, o Estado teve não apenas de cumprir com as tarefas acima assinaladas, mas também com a de criar empresários nacionais. Isso era matéria escassa, pelo menos para os setores modernos que se pretendiam implantar. Mais ainda, dada a debilidade do capital nacional e o pouco interesse do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento, o Estado teve de assumir, também, a função primordial de *produtor* de bens e serviços fundamentais a esse processo: energia, transportes, comunicações, educação, siderurgia, petróleo, mineração etc.

Com JK, entre 1956 e 1960, e com uma situação internacional favorável à emigração do capital forâneo para a periferia mundial, pudemos implantar a primeira fase de nossa indústria pesada e a de bens de consumo durável. As três décadas decorridas exigiram novas adaptações do Estado, da estrutura tributária, do financiamento e da política econômica, que, em que pese alguns conflitos políticos, conseguiu avançar esse processo.⁸

Tudo isso se fez, ainda com uma carga tributária nacional pequena, que havia saltado de cerca de 12% do PIB, na década de 1920, para 15%, na de 1940, e 18%, na de 1960. Da estreiteza dessa capacidade fiscal e da debilidade de nosso balanço de pagamentos resultariam maiores pressões inflacionárias ao final do período. A indústria de transformação, entre 1928 e 1962, cresceu à taxa média anual de 7%, seu peso no PIB passou de 12,5% para 26% e, em sua estrutura produtiva, os bens de produção já perfaziam cerca de 40%.

Os conhecidos fatos que transcorrem, entre 1958 e 1964, como a crescente participação e manifestação popular em prol das Reformas de

⁸ Para esse período ver C. Lessa. *Quinze anos de política econômica*. Campinas: Univ. Estadual de Campinas, 1975 (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

Base, a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da inflação, reacenderam o reacionarismo no país. O curto governo de Jânio Quadros foi o estopim para a crise política, a suspensão temporária do Presidencialismo e a precipitação do golpe contra o governo Goulart, em abril de 1964.

O regime militar, politicamente apoiado nas elites reacionárias e conservadoras e no governo dos EUA, fez as reformas necessárias. Não, contudo, para atender aos objetivos sociais e políticos almejados pela reivindicação popular, mas, tão-somente, para desatar as amarras do capital público e, notadamente, do privado. Deu muito ao capital; e muito pouco ao trabalho, retirando-lhe até mesmo direitos trabalhistas conquistados na Era Vargas.

As reformas ampliaram a fiscalidade do Estado, passando a carga tributária a 25% do PIB e introduzindo a correção monetária nos títulos da dívida pública, o que permitiu forte alargamento do gasto público. Com isso, o investimento público (governo mais empresas públicas) cresceu, perfazendo cerca de 60% da formação de capital fixo, passando esta a 25% do PIB.

As reformas também causaram profundas modificações no mercado de capitais, dando-lhe maior organicidade e expandindo o mercado financeiro, com a criação do Banco Central e de novas instituições públicas e privadas. Ainda, fez-se uma reforma administrativa e criaram-se novos dispositivos para incentivar exportações e dinamizar e modernizar a agricultura de exportação. Contida a inflação e implantadas as reformas, a economia pôde sair da crise e encetar um novo período de elevado crescimento, entre 1967 e 1974, que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”.⁹

A despeito do discurso tecnocrático do golpismo, de que o sistema deveria conter a expansão do Estado na economia, nunca houve expansão tão grande de governo e de empresas estatais como a havida no período que se estende de 1965 a 1980.

Entre 1967 e 1980, o crescimento econômico acelerou, ainda mais, com a indústria de transformação, crescendo à média anual de 9,8% e aumentando sua participação no PIB para 31% , e os bens de produção já perfaziam cerca de 50% de seu valor adicionado. A pauta de exportações

⁹ Sobre as modificações do papel do Estado e sua participação na economia, ver L. Martins. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e W. Baer, I. Kerstenetzky & A. V. Villela. *As modificações do papel do Estado na economia brasileira*. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: Ipea, 12/1973.

já se diversificara, com a inclusão de vários produtos manufaturados, cuja participação na pauta saltou de 6%, em 1964, para 45%, em 1980.

Contudo, o regime militar, no afã de se perpetuar no poder, tentara transformar a economia do país em uma das maiores do mundo — o projeto *Brasil Potência* — e, para isso, abusou do endividamento externo e descuidou do desequilíbrio do balanço de pagamentos, o que nos traria perversas consequências, a partir de 1980.

Nesse mesmo momento (fim de 1979), as pressões das grandes potências sobre os EUA, para que estes debelassem sua inflação e cuidassem de seu enorme desequilíbrio fiscal e comercial, resultaram em violenta retaliação daquele país, com a brusca e forte alteração de sua política fiscal, elevando a taxa de juros, entre 1979 e 1981, de 7% para 21%.

Com essa atitude aparentemente paradoxal, pois eles eram os maiores devedores do planeta, causaram a quebra financeira dos Estados nacionais de todos os países endividados, que eram os subdesenvolvidos e alguns países socialistas. Ao mesmo tempo, ampliaram, ainda mais, seus déficits e, graças à elevação dos juros, praticamente obrigaram os demais países desenvolvidos a financiá-los, carreando para os EUA enormes fluxos de capital.

Com isso, o dólar voltou a valorizar-se, a economia dos EUA a crescer e o país a recuperar sua hegemonia, antes aparentemente enfraquecida. A valorização do dólar causou desvalorização das demais moedas, aumentando-lhes a competitividade internacional de seus bens e serviços no mercado norte americano.

A política econômica proposta e imposta pelo FMI aos países devedores foi o clássico e ortodoxo ajuste monetário do balanço de pagamentos, consistindo suas principais medidas em cortes do gasto público, estrangimento salarial, da moeda e do crédito, e câmbio desvalorizado.

Os resultados não se fizeram esperar: recessão, baixo crescimento da renda, do consumo e do emprego, corte de importações, queda do investimento público e privado e elevação dos juros, que contiveram a demanda interna e estimularam fortemente as exportações, nas quais, a partir de 1985, os manufaturados já pesavam 55%. Mas o forte aumento de nossas exportações para aquele mercado foi insuficiente sequer para pagar os juros da dívida, com o que nosso saldo devedor cresceu vertiginosamente.

Como ensina a boa teoria, o ajuste não funcionou. O desequilíbrio externo e a inflação aumentaram, a despeito de vários planos de estabilização então aplicados. Acumulamos baixo crescimento do PIB e do emprego e gran-

de atraso tecnológico, justamente quando o mundo se reestruturava com a revolução microeletrônica. A taxa de investimento despencou para cerca de 17% e a indústria de transformação cresceu, entre 1980 e 1989, à medíocre taxa média anual de 0,9%, caindo sua participação, no PIB, para 26%.

O debilitamento fiscal e financeiro do Estado — que reduziu a carga tributária a 23% — e a alta inflação causaram o abandono da tarefa de pensar e programar o país a longo prazo. Passou a predominar o “curtoprazismo e o conjunturalismo”, com a política econômica tornando-se refém do ajuste do FMI. Com isso iniciou-se, também, o desbaratamento da burocracia técnica desenvolvimentista.

Mas os maus resultados não se limitaram a isso. O regime descuidou do saneamento básico, do planejamento urbano, do déficit habitacional, da saúde pública e da educação, a qual sofreu forte privatização e desqualificação, no período, da qual nos ressentimos até hoje. Dada sua necessidade de cooptar civis, para tentar manter o poder, disso resultou uma proliferação do fenômeno da corrupção, que passou a permear vários canais da sociedade, além de forte corrosão na ação e no trato da política.

De bom, tivemos a agonia do regime militar e sua transição, em 1985. E, graças a uma crescente participação política e conscientização, em 1988, uma nova Lei Magna — a Constituição Cidadã —, que ampliava os direitos políticos e sociais da população.

A longa e complexa crise financeira e o esgotamento do padrão de acumulação da Segunda Revolução Industrial aumentaram, ainda mais, a concorrência, o risco e a incerteza para o capital privado. Em face disso, os países desenvolvidos formaram os Grandes Blocos (EUA-Canadá, UE e Japão-Sudeste Asiático), estimulando grandes fluxos de capitais “Norte-Norte” (Estados Unidos/Japão/MCE), durante a década de 1980, mantendo, ainda em altos níveis, os fluxos para a Coreia e Sudeste Asiático. Com isso, disseminaram, no mundo, um novo neologismo — a globalização dos mercados — vendendo a ideia de que o “paraíso seria para todos”. Entretanto, os fluxos para a África, América Latina e parte da Ásia, praticamente cessaram, aumentando a situação já crítica destas áreas.

O discurso político da abertura e da “globalização” resultou também na Rodada Uruguai e, depois, na OMC, em mais um engodo aos países subdesenvolvidos, dado que fizemos várias concessões comerciais sobre bens e serviços aos desenvolvidos, ao passo que a expansão prometida de nossas exportações foi menos que proporcional.

As pressões que os Estados Unidos fizeram à América Latina, para integrar-se no projeto da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca) foi mais uma demonstração de suas reais intenções sobre a região. A “nova” crise do México (1995) mostrou a armadilha em que este caiu, ao ingressar no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement* — Nafta). Os “estouros” brasileiro e argentino desnudaram ainda mais essa realidade. A miragem de um Mercado Comum para países do Cone Sul (o Mercosul) é outra “construção na areia”, em face das enormes diferenças estruturais entre seus países membros, à instabilidade macroeconômica e aos percalços neoliberais de suas políticas econômicas.

Adicionem-se a isso alguns dos efeitos perniciosos da Terceira Revolução Industrial sobre os países subdesenvolvidos: automatização de máquinas e sucata de antigas, alto desemprego, desindustrialização e substituição de insumos nacionais por importados. A reestruturação espúria que tem sido feita nesses países e os “milagrosos remédios” impostos pelas instituições internacionais repetem, exaustivamente, a miragem da cura da estagnação, da instabilidade e da incerteza.

As Reformas Neoliberais foram impostas à América Latina, já a partir de 1987 — afora os precoces e sangrentos intentos na Argentina, Chile e Uruguai, entre 1973 e 1975; e o Brasil, nesse sentido, foi retardatário, instaurando-as a partir de 1990. O ajuste delas decorrente debilitou, ainda mais, fiscal e financeiramente, a maioria dos Estados nacionais, duplicando o endividamento externo, e “justificando”, por isso, a “necessidade” de ajustes patrimoniais em favor do setor privado.

A ideologia por um “Estado Mínimo” respaldou, também, as políticas de descentralização, que tentaram transferir atribuições e recursos do poder central aos poderes locais, contendo, ainda mais, o papel do Estado nacional. Assim, o receituário neoliberal implicou a submissão consentida dos países subdesenvolvidos à Nova Ordem, conforme os preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, com o que abdicamos de nossa soberania nacional, no desenho, implementação e manejo da política econômica.¹⁰

Esse receituário está assentado para atender, primordialmente, aos interesses da Finança Internacional, decorrente da crise internacional, que subordinou ao financeiro todas as outras formas de capital, impondo a

¹⁰ Para uma análise dessas reformas e de seus efeitos na América Latina e Brasil, ver Cano (2000).

quebra da soberania nacional de nossos países, para liberar seu movimento internacional na busca incessante da valorização. Para isso, ressuscitou o liberalismo, preconizando reformas neoliberais que contemplam, fundamentalmente: desregulamentação dos fluxos internacionais de capital, fim dos monopólios públicos, privatização, abertura comercial, previdência social e “flexibilização” das relações de trabalho.

Dado que as grandes empresas transnacionais (ETs), na década de 1980, já haviam feito sua reestruturação produtiva e comercial em suas bases nos países desenvolvidos, o receituário, também, foi peça-chave para que elas, na década de 1990, se reestruturassem em suas bases nos subdesenvolvidos.

As novas políticas de estabilização, diferentes das anteriores, desempenharam papel estratégico para o funcionamento do novo ajuste. No Brasil, implantada entre fins de 1993 e junho de 1994, a política de estabilização (Plano Real) teve como *lastro* uma elevada valorização da moeda nacional ante o dólar e um ciclópico crescimento da dívida pública interna, inflada por elevados juros reais. A valorização cambial e a abertura comercial resultaram em forte diminuição dos custos dos importados, debilitando as exportações, gerando grandes déficits comerciais e de serviços e contenção da inflação.

A política de estabilização e as reformas constituem um todo articulado para permitir a plena funcionalidade do modelo:

i) ampla liberdade ao capital (estrangeiro ou nacional) financeiro para obter elevados ganhos setoriais e regionais, pelo baixo valor dos ativos públicos e privados adquiridos, pela especulação bursátil e da dívida pública; tarifas públicas mais elevadas após a privatização, e pela maior remessa de lucros e de juros. A “justificativa” foi a de que, com isso, o capital externo não só financiaria nosso “passageiro” desequilíbrio externo como a retomada do nosso desenvolvimento;

ii) a reforma do sistema financeiro nacional, necessária para compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e pela diversificação que então se operaria nos mercados financeiros;

iii) a abertura comercial e de serviços, via forte redução tarifária e não tarifária e valorização cambial, que sancionou enxurradas de importações e gastos internacionais, e enfraqueceu, ainda mais, o capital nacional, dada nossa menor capacidade de concorrer em igualdade com o capital internacional;

iv) flexibilização das relações trabalho-capital, para diminuir, ainda mais, o já baixo custo do trabalho, adequar contratos ao novo *timing* da tecnologia e debilitar as estruturas sindicais;

v) as reformas previdenciárias, para criar mais um importante flanco de mercado para o capital financeiro e abrir maior espaço no orçamento público para os juros das dívidas públicas interna e externa;

vi) a reforma do Estado, para dismantelar suas estruturas, diminuir seu tamanho e sua ação, eliminar órgãos públicos, reduzir salários reais dos funcionários, privatizar ativos públicos, dismantelar os sistemas de planejamento e de regulamentação;

vii) os Estados subnacionais (governos estaduais e prefeituras), que também estavam com sua fiscalidade debilitada e fortemente endividados, foram obrigados a negociar suas dívidas com o governo federal, comprometendo por trinta anos parte de suas receitas com o pagamento compulsório de amortizações e juros. Alguns conseguiram, mediante duros cortes em gastos correntes e investimentos, “sanear” suas finanças. Contudo, a maioria não usou essa nova situação para políticas sociais, e sim para conceder subsídios de várias modalidades ao setor privado, ampliando, assim, a Guerra Fiscal.

Com as medidas do Plano Real, a inflação foi contida em níveis baixos, mas à custa de elevado crescimento das dívidas externa e interna e de forte perturbação da produção nacional. Assim, para manter alto fluxo de importações e de outros gastos externos, que aumentam, aceleradamente, à medida que o PIB cresce, há necessidade de altos, de crescentes e de persistentes fluxos de capital estrangeiro, forte endividamento externo e interno, contaminando as contas públicas, uma vez que a taxa de juros tem de ser muito alta e seu montante crescente. “Torramos”, entre 1990 e 2003, nada menos do que US\$185 bilhões, em saldos negativos de transações correntes. O que fez nossa dívida externa saltar de US\$123 bilhões para US\$235 bilhões, e nosso passivo externo subisse para cerca de US\$400 bilhões.

Qualquer movimento internacional que sensibilize a finança internacional ou a deterioração visível do balanço de pagamentos e das contas públicas provoca um freio na entrada de capital, uma crise cambial e uma recessão. Com isso, o câmbio se desvaloriza, as importações são, em parte, contidas, e as exportações estimuladas. Porém, a taxa de crescimento do PIB cai, só retomando níveis mais altos, quando a “festa” de gastos internacionais pode reiniciar-se.

O investimento não retoma os níveis (altos) anteriores: *i*) o público, porque não há nem política de desenvolvimento, nem, muito menos, recursos, haja vista que o montante dos juros se agigantou no orçamento público; *ii*) o privado, dada a incerteza do movimento da economia e os elevados juros internos. Assim, o crescimento é ciclotímico, resultando numa taxa média anual tão medíocre quanto a observada na década anterior. Por exemplo, nos dezoito anos do período 1988-2006, somente em quatro deles o PIB teve taxas acima de 4%; negativas em dois, e menores que 2% em seis.¹¹

Após a crise cambial de 1999 e a “ressaca” que se estende até 2003, o quadro só não piorou, ainda mais, dado o grande incremento na liquidez internacional e a forte expansão das importações mundiais, estimuladas pelo “efeito China”, que permitiram crescimento um pouco maior, no último triênio. Ainda assim, cabe lembrar que a taxa de inversão, embora tenha subido um pouco, situa-se em torno de 19%; que o montante de juros no orçamento público, que tem girado em torno de 7% do PIB, só é adimplente graças ao brutal aumento da carga tributária, que, dos 28%, de 1990, saltou para cerca de 35% do PIB; o crescimento médio anual da indústria de transformação, entre 1989 e 2006, foi de medíocres 1,8%, caindo sua participação, no PIB, para cerca de 20%, num inequívoco processo de *desindustrialização*.

Mas as exportações, agora, ainda mais estimuladas pelo “efeito China”, põem a nu nossa desindustrialização, mostrando que a participação dos produtos básicos e a dos manufaturados que, em 2000, atingiram, respectivamente, 23% e 59%, regrediu, em 2006-2007, para cerca de 30% e 53%. Por outro lado, entre os produtos industrializados exportados a expansão de seu valor se deu naqueles de menor valor agregado por produto e de menores níveis de intensidade tecnológica.¹²

A Constituição Cidadã de 1988 foi desfigurada, ao longo desses últimos anos, com várias emendas que abriram os monopólios públicos. Por meio de artifícios legais, recentralizaram, no governo federal, a fiscalidade que havia sido descentralizada para os governos subnacionais; retiraram direitos previdenciários; concederam reeleição a cargos do Poder Executivo; e desobstruíram alguns entraves ao livre ingresso e saída do capital forâneo, coisa que uma nação digna desse nome decente precisa manter.

¹¹ É bom lembrar que as taxas médias mais altas do período 2004-2006 se devem, substancialmente, ao excepcional comportamento das exportações, estimuladas pelo “efeito China”.

¹² Ver a respeito, Carta do Iedi n.º 272, de 16/8/2007 em <www.iedi.org.br>.

Para “aperfeiçoar” o ataque ao Estado Nacional, o receituário neoliberal recomendou a criação de Agências Reguladoras em substituição ao papel conferido pela Constituição ao Poder Executivo. Foram criadas várias: nos campos do petróleo, da energia, das telecomunicações, da água, da aviação comercial e outras. O pretexto de melhor regulamentar esses setores — principalmente os privatizados e privatizáveis — encobriu o óbvio ululante: são órgãos com mandato de diretorias concedidos pelo Congresso, dificilmente removíveis e que, na verdade, servem de anteparo entre o público e o privado. Têm servido, basicamente, para assegurar um caminho mais suave e profícuo ao lucro privado do que atender à fiscalização do setor público. Os escândalos atuais sobre recentes desastres e fatos de corrupção na aviação comercial, logros aos consumidores, tarifas escorchantes, já são mais do que suficientes para demonstrar o erro de suas criações e a necessidade de extingui-las.

Finalizo este pequeno artigo, em agosto de 2007, quando um novo vento perturbador começa a sacudir os mercados financeiros do mundo todo. Será apenas mais uma nova, passageira e “administrável” crise; uma repetição das de 1995, 1997, 1998 e 2001. Ou uma de proporções mais graves e duradouras?¹³

A História sempre nos pode ser útil. Não para reproduzi-la. Mas para repensar suas lições. Não esqueçamos que, em 1929, éramos uma economia primário-exportadora, também tínhamos elites conservadoras, e nosso Estado tinha uma estrutura absolutamente inadequada para um projeto de industrialização. A crise superou tudo isso, com a Revolução de 1930, o Estado Nacional se confirmou, estruturou em uma corajosa política nacional de desenvolvimento.

É preciso, pois, repensar a questão nacional. Não repito como uma simples volta ao passado. Mas com novos caminhos possíveis para dar continuidade a nosso processo histórico social e transformação progressista da economia e da sociedade nacionais. E, repetindo Furtado, preservar e incentivar a cultura e a criatividade nacionais, tão necessárias a esse mister. Mas, para isso, será fundamental a reconstrução do Estado Nacional.

¹³ Neste início de 2009, podemos ver que é profunda, grave e duradoura.

Resumo

Este artigo analisa o processo histórico da constituição e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em dois tempos. No primeiro, iniciado a partir dos anos 1930 e “finalizado” em 1979, estrutura-se o Estado Nacional e de forma corajosa e inteligente, aproveitando-se das brechas e contradições externas, são construídas as bases de uma economia capitalista industrializada — tendo o Estado a liderança desse projeto. O segundo, iniciado em 1980, analisa como a estruturação de um desenvolvimento econômico e social — que não se completa, porquanto apenas fincou as bases da industrialização — está sendo desconstruída em favor de uma política de decisões centralizadas no mercado e articuladas com a economia mundo — dita globalizada. Em conclusão, o texto conclama pelo restabelecimento das perspectivas no Estado para retomar o projeto de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Estado nacional.

Abstract

This article examines the historical process of formation and development of Brazilian capitalism, in two time. In the first, started from the 30s and “finalized” in 1979, the structure is the National State and courageous and intelligent way is taking advantage of loopholes and contradictions outside, are built the foundations of a capitalist industrial economy — and the State the leadership of this project. The second, begun in 1980, analyzes how the structuring of a social and economic development — not only for how complete fixed the basis of industrialization — is being deconstructed in favor of a policy of centralized decisions in the market and articulated with the world economy — said global. In conclusion, the text calls for the restoration of the prospects in the state to resume the project of national development.

Keywords: Economic development, Nation state.